

## RELATÓRIO Nº      , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 10, de 2013 (nº 28, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.*

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, junto à Mongólia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, em atendimento a preceito regimental, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 28 de setembro de 1945, em Santos (SP). É filho de Sílvio Leão e Alair de Andrade Leão.

Concluiu, em 1967, o curso de Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos (*Sciences-Po*), na Universidade de Paris, na França. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1970) e, ainda, o Curso de Altos Estudos (1987), tendo defendido a tese intitulada “A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930-1934, Contornos Diplomáticos.”

Em 1972, foi nomeado Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1976, Primeiro-Secretário em 1979, Conselheiro em 1983, Ministro de Segunda Classe em 1989 e Ministro de Primeira Classe em 1998, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe de delegação de Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau, Costa do Marfim (1978); Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio (1979-1983); Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1983-1988); Chefe de delegação da I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Genebra (1985); Chefe de delegação da Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia (1986); Coordenador Executivo da Secretaria-Geral (1988-1990); Ministro-Conselheiro nas Embaixadas em Londres (1990-1993) e em Washington (1993-1995); Coordenador do Projeto MRE-BID (1995-1998); Diretor-Geral do Departamento Econômico (1998-2005); Chefe de delegação da Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Multilaterais, Bangalore, Índia (1999); Chefe de delegação do Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio (2001); Embaixador em Ottawa (2003-2007) e em Bogotá (2008-2011); e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (2011-até o presente).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China e a Mongólia. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

Como é sabido, a República Popular da China é o terceiro país com maior extensão territorial e conta com a maior população do mundo, ultrapassando um bilhão e trezentos milhões de habitantes. Trata-se de república parlamentarista, sendo que seu poder legislativo é unicameral e representado pela Assembleia Nacional Popular, composta por deputados eleitos indiretamente.

A presidência é ocupada por Hu Jintao desde 2003. Porém, deverá ser sucedido neste mês de março por Xi Jinping, atual Vice-Presidente.

No início da década passada, a China tornou-se o maior credor de títulos do Tesouro norte-americano e assumiu, em 2011, o posto de segunda maior economia e maior exportadora do mundo. No entanto, em seu discurso diplomático, a China continua a se reafirmar como país em desenvolvimento, que se orienta pelos princípios de desenvolvimento pacífico e sem pretensões hegemônicas. Sua projeção de poder mundial, porém, é um fato, tendo-se mostrado mais evidente a partir da crise financeira internacional de 2008 seguida pela crise do euro de 2011. Também se nota a projeção de seu *soft power* não apenas em seu entorno imediato, mas também na África e América Latina.

As relações bilaterais entre Brasil e China tiveram início em 15 de agosto de 1974 e têm, desde então, evoluído de forma intensa e apresentado crescente complexidade. Exemplo disso foi o *Programa Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China* voltado para a construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, que foi um projeto pioneiro, na área de alta tecnologia, entre países em desenvolvimento.

Em 1993, as relações bilaterais Brasil-China foram elevadas à condição de “Parceria Estratégica” e, em 2004, foi criada, como mais alta instância permanente de diálogo político, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

O Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014 foi assinado em 2010 e definiu metas e orientações para a cooperação bilateral em diversos setores. Além disso, com a visita do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, em

2012, as relações bilaterais foram alçadas à condição de “Parceria Estratégica Global” e foi assinado o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Importante registrar que, desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, sendo principal destino de nossas exportações e, desde 2012, também principal origem das importações brasileiras. Neste ano, o superávit do Brasil com a China foi o segundo maior, chegando a US\$ 7 bilhões, correspondendo a 35,9% do superávit total brasileiro. Tem-se notado a valorização dos produtos básicos, em especial complexos de soja, minérios e petróleo. Vale destacar que a exportação de petróleo passou de US\$ 840 milhões, em 2007, para US\$ 4,8 bilhões em 2012.

As importações de produtos chineses, nos últimos anos, têm preocupado alguns setores da indústria nacional, tais como os setores têxtil, calçadista, automobilístico e eletroeletrônico.

Há, ainda, que se destacar a crescente atuação da Embraer na China: iniciou-se recentemente a produção de jatos executivos naquele país, o que poderá criar novas oportunidades de negócios.

Já a Mongólia é também uma república parlamentarista, com parlamento unicameral (“Grande Hural”). Seu território tem área equivalente ao estado do Amazonas e conta com uma população de 2,8 milhões de habitantes.

Circundada por China e Rússia, a Mongólia tem relações tênues com países de fora da região e seus interesses econômicos concentram-se no setor mineral.

As relações diplomáticas entre Brasil e Mongólia se estabeleceram em 1987, quando houve a crise do comunismo. A Mongólia tem, assim, buscado consolidar-se como uma economia de mercado e, politicamente, como uma democracia, na linha das democracias ocidentais.

A projeção brasileira no plano regional e internacional, sendo um país dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda, é percebida pela Mongólia que vê o Brasil como potencial investidor em seu território, sobretudo

no campo da mineração. Note-se que o comércio entre os dois países revela dinamismo, apesar de reduzido: passou de US\$ 128,7 mil para US\$ 4,2 milhões em 2012, com saldo sempre favorável ao Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator